



ESTADO DE GOIÁS  
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS  
PÚBLICOS  
GERÊNCIA DA SECRETARIA-GERAL

Resolução 1147, de 25 de novembro de 2024

Dispõe sobre a decisão da Câmara de  
Julgamento da AGR que homologou o  
**Auto de Infração nº 43.436** (58974870),  
lavrado em nome de **EXPRESSO SÃO  
JOSÉ DO TOCANTINS  
LTDA** (CNPJ/CPF nº 02.227.767/0001-  
83), conforme processo nº  
**202400029001719**.

O CONSELHO REGULADOR DA AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, no uso de suas atribuições legais e,

**Considerando** que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação dada pela Lei nº 17.268, de 4 de fevereiro de 2011 e art. 4º, do Decreto nº 10.319, de 12 de setembro de 2023;

**Considerando** o que dispõe o inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 10.319, de 12 de setembro de 2023, que estabelecem que todas e quaisquer questões relativas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Presidente do Conselho Regulador, deverão por ele ser deliberadas;

**Considerando** que compete a AGR regular, controlar e fiscalizar o serviço de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Goiás, nos termos do inciso III, do § 2º, do art. 1º, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e do inciso III, do § 4º, do art. 1º, do Decreto nº 10.319, de 12 de setembro de 2023, bem como do § 1º, do art. 2º, da Lei nº 18.673, de 21 de novembro de 2014 e art. 2º, do Decreto nº 8.444, de 1º de setembro de 2015;

**Considerando** a Resolução Normativa nº 219/2023-CR, do

Conselho Regulador da AGR, datada de 31 de agosto de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para regular a imposição de penalidades aos concessionários, permissionários ou autorizatários do transporte regular, dos serviços do transporte rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás;

**Considerando** o disposto no § 3º. do art. 14, da Resolução Normativa nº 199/2022-CR (000036590344), que trata da homologação de autos de infração no âmbito da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR;

**Considerando** a decisão por unanimidade de votos da Câmara de Julgamento, pela manutenção do auto de infração, consignada no Item 3, subitem 3.6, da ATA nº 31/2024 - AGR/CJ (62870667), em reunião realizada em 25/07/2024,

**Considerando** que **EXPRESSO SÃO JOSÉ DO TOCANTINS LTDA** devidamente notificada da penalidade interpôs recurso demonstrando seu inconformismo contra a decisão da Câmara de Julgamento da AGR, que homologou o auto de infração, conforme Resolução nº 701/2024-CJ (62877259);

**Considerando** as manifestações constantes do processo, principalmente, do Relatório nº 270/2024-AGR/CREG4-16169 (64738887), bem como, do Voto nº 283/2024-AGR/CREG4-16169 (67231563) que passam a ser parte integrante desta decisão;

**Considerando** a decisão uniforme do Conselho Regulador da AGR, em reunião realizada no dia **13/11/2024**,

**RESOLVE:**

Art. 1º - **Pelo improviso do recurso interposto**, mantendo-se a decisão de primeira instância proferida pela **Câmara de Julgamento da AGR**, que homologou o **Auto de Infração nº 43.436 (58974870)** e, considerando a análise detalhada dos autos, conclui-se que não há razões legais que justifiquem sua anulação, visto que o auto de infração foi lavrado em conformidade com as formalidades legais.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 25 dias do mês de novembro de 2024.

WAGNER OLIVEIRA GOMES



Documento assinado eletronicamente por **WAGNER OLIVEIRA GOMES, Presidente**, em 29/11/2024, às 09:29, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **67694672** e o código CRC **96C70AE9**.

GABINETE DO CONSELHEIRO PRESIDENTE  
AVENIDA GOIAS 305 - Bairro SETOR CENTRAL - CEP 74115-010 -  
GOIANIA - GO - ED. VISCONDE DE MAUA



Referência: Processo nº 202400029001719



SEI 67694672